



ATA DA 1ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, nas instalações da CIM em Ponte de Lima, sitas no Edifício Villa Moraes, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia Intermunicipal cessante.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia cessante, verificando pela lista de presenças em anexo a esta ata que existia quórum, deu início à primeira reunião de acordo com o previsto na Lei, no que respeita à nomeação de uma mesa ad hoc, para se proceder à eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal. Assim foi solicitada a presença do eleito mais antigo, para presidir ao ato, tendo chamado o membro, Artur José Rodrigues que poderá ser coadjuvado por mais dois membros.-----

--- O membro, Artur José Rodrigues assumiu a presidência, tendo solicitado a colaboração do membro de Ponte de Lima, Abel Nunes Lopes e da membro de Viana do Castelo, Ana Maria Rodrigues Novo.-----

--- Composta a mesa pelos três membros, o membro que a preside começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que, no cumprimento do artº 85º, nº 2 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a mesma reunia condições, para exclusivamente, dirigir os trabalhos de eleição da nova Mesa da Assembleia Intermunicipal para o novo mandato.-----

--- Foi questionada a Assembleia, sobre a apresentação de lista ou listas candidatas para a eleição da mesa. Tendo sido apresentada apenas uma lista, designada por lista A. -----

--- O membro que preside a mesa ad hoc, passa à leitura da mesma. A lista apresentada é composta por: Presidente, Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, Vice-Presidente, Ana Maria Ribeiro Novo e Secretário, Abel Nunes Lopes, datada de treze de dezembro de dois mil e treze e subscrita por cerca de 30 membros da Assembleia Intermunicipal, de acordo com documento anexo a esta ata.(Doc. 1/2013) -----

--- Nos termos da Lei em vigor, é sujeito a sufrágio secreto, a eleição da lista apresentada.-----

--- O membro que preside a mesa ad hoc, Artur Rodrigues, menciona sobre a eleição individual dos elementos que compõem a lista, opinando que a votação deverá ser, em seu entendimento, individualmente, ou seja, votar o presidente, o vice-presidente e o secretário, adiantando que a Assembleia é soberana sobre o assunto. -----

--- Após várias reações quanto a esta opinião, toma a palavra o membro, José Nogueira.-----



José Nogueira - Concorda com este tipo de votação, discordando da soberania da Assembleia, mencionando, que a votação deverá ser feita nome a nome e caso a caso. Mais acrescenta que podem votar o presidente e não quererem votar nos outros membros indicados para os outros cargos ou vice-versa.-----

--- É assumida ,pelo membro que preside a esta mesa, a posição de fazer a votação individual.--

--- Pede o uso da palavra a membro, Emília Cerqueira. -----

Maria Emília Cerqueira - Cumprimentando toda a Assembleia e os membros que compõem a mesa ad hoc, começa por desejar um bom mandato ao órgão instalado. Referindo-se ao método assumido para a eleição da nova Mesa da Assembleia Intermunicipal, assume, a posição do grupo do PSD de discordância, referindo o artº 15º do Regimento da Assembleia, ainda em vigor, que refere a eleição da mesa, através de lista de candidatos, não referindo a eleição membro a membro, referindo ainda que por uma questão de lógica e de sistematização da própria lei, estaria escrito, "*ipsis verbis*", procede-se à eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário. Não sendo o caso. A lista apresentada é uma lista com membros eleitos por escrutínio direto, através de lista nominativa e não de pessoa a pessoa ou cargo a cargo. Assim, entende o grupo do PSD que a votação deve ser feita por lista, tendo a Assembleia legitimidade para apresentar uma ou mais listas. Visto existir apenas uma será essa a votada, de acordo com o Regimento.-----

--- De seguida é dada a palavra ao membro José Nogueira.-----

José Nogueira – Após cumprimentar todo o plenário, refere, que o Regimento não existe porque não está aprovado. Argumenta que as leis gerais indicam votação pessoa a pessoa. Reafirma a não existência do Regimento, defendendo a manutenção da posição assumida pelo membro que preside a mesa ad hoc, assumindo-a como posição do Grupo Municipal do Partido Socialista. ----

--- O membro que preside a mesa ad hoc, Artur Rodrigues, reforça a posição anteriormente assumida quanto à eleição, achando um processo mais claro e democrático.-----

--- É pedida a palavra pelo membro, Francisco Reis Lima. -----

Francisco Reis Lima – Contesta a posição assumida, mencionando ser um dos subscritores da lista apresentada, reforçando ser a proposta - uma lista - sendo o que deverá ser levada a sufrágio. Referindo poderem ser apresentadas outras listas concorrentes. Não concebendo que uma lista integral mereça, eventualmente, a aprovação de determinado membro e reprovação de outro ou outros, concluindo que uma lista é constituída por uma equipa para trabalhar em conjunto e não com elementos vetados e outros aprovados. Termina afirmando que a única lista apresentada, lista A, deverá ser submetida a sufrágio.-----

Artur Rodrigues – Agradece a intervenção, referindo que a Assembleia é composta por 38 membros e que a lista apresentada está subscrita por 30 membros. Após algumas considerações e concluindo que a Assembleia em geral concorda com a votação por lista, indica



o procedimento da eleição, solicitando a urna e os votos para se proceder ao ato eleitoral secreto.-----

--- A membro que coadjuva na mesa ad hoc, Ana Maria Novo, começa por fazer a chamada de todos os membros, de acordo com a ordem da Ata de Instalação anteriormente assinada, incluindo os dois membros, ausentes no ato de instalação: Maria João Martins Vassalo Abreu e Martinho Martins Cerqueira, que entretanto foram instalados. -----

--- Finalizada a votação, são contados os votos entrados na urna, tendo a lista A, obtido a votação: 34 votos a favor, 2 votos contra e 1 abstenção, no universo dos 37 membros presentes na Assembleia. -----

Ana Maria Novo – Relê a composição da lista vencedora, sendo, Presidente, Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, Vice-Presidente, Ana Maria Ribeiro Novo e Secretário, Abel Nunes Lopes. -----

Artur Rodrigues – Dando lugar á nova mesa da Assembleia Intermunicipal, deseja felicidades no desempenho das funções para que acaba de ser eleita.-----

--- Estando eleita a nova Mesa da Assembleia Intermunicipal, assumem os seus lugares os membros que a compõem.-----

--- O Presidente da nova Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Taxa, saúda todos os presentes e colegas eleitos e passa à leitura da Ordem de Trabalhos proposta, em convocatória, para esta reunião: -----

Ponto 2 - Apreciação e votação da ata da segunda reunião ordinária de 2013 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 13 de setembro de 2013.-----

Ponto 3 - Intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal e apresentação de proposta de eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal do artigo 84º alínea c) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto 4 - Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014, artigo 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4.1 Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2014. -----

4.2 Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados. -----

4.3 Mapa de pessoal. -----

4.4 Empréstimo a curto prazo. -----

Ponto 5 - Aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal, artigo 84º alínea d) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- O Presidente da Mesa, comunica a receção, pela mesa, de uma Proposta de Deliberação apresentada pelo Partido Socialista. Refere que não estando previsto o período de “antes da ordem do dia”, pelo que pede à Assembleia a aprovação ou não aprovação da receção da proposta apresentada para discussão e posterior votação.-----

--- De imediato, é pedida a palavra pela membro, Maria Emília Cerqueira.-----



Maria Emília Cerqueira – Apresenta novamente cumprimentos à mesa recentemente eleita com o desejo de sucessos. Expõe que é entendimento do PSD ser esta uma Assembleia especial para instalação do órgão, pondo em causa a legitimidade para a apresentação da presente ordem de trabalhos, referindo não estarem reunidas as condições para a realização desta Assembleia, pelo que, se opõem à sua continuidade e apreciação dos pontos previamente apresentados.-----

Rui Taxa – Agradecendo, põe à consideração da Assembleia, proporcionando a todos os partidos a oportunidade de se manifestarem sobre a legitimidade de continuar ou não a reunião.

--- Solicita ao representante do Partido Socialista, membro José Nogueira, o seu parecer.-----

José Nogueira – Apresentando as maiores venturas aos membros da mesa eleita, comunica que após troca de ideias com os colegas, foi subscrita a opinião do grupo intermunicipal do PSD, apenas, diferenciando que, poder-se-ia deliberar sobre a realização de uma reunião ordinária, uma vez que a convocatória foi elaborada e evitar-se-ia entravar o bom funcionamento da CIM Alto Minho. Deixando à consideração da mesa, a possibilidade de aceitar esta reunião como ordinária.-----

Rui Taxa – Solicita intervenção do CDS-PP, representado pelo membro, Abel Lopes.-----

Abel Lopes – Comunica concordar com a proposta apresentada pelo PSD, entendendo estar numa reunião de instalação. Entende, que por este ponto não fazer parte da ordem de trabalhos deverá ser considerado numa próxima reunião.-----

Rui Taxa – Solicita intervenção da CDU, pelo membro, Matinho Cerqueira.-----

Martinho Cerqueira – Comunica não ter qualquer motivo para impedir o prosseguimento desta Assembleia com a ordem de trabalhos apresentada.-----

Rui Taxa – Cede a palavra ao membro, José Carlos Resende, que interpolando a solicita.-----

José Carlos Resende – Cumprimenta e felicita a mesa, defendendo que, do ponto de vista formal, concorda com a posição do PSD e do CDS-PP. Manifestando que a mesa anterior não teria legitimidade para convocar esta reunião. Apresenta duas questões: sendo a primeira sobre a proposta de deliberação que o PS apresentou sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que defendem ser uma questão de boa vontade por parte dos membros da Assembleia; outra questão é a discussão e aprovação, ou não, dos pontos apresentados na ordem de trabalhos, que atempadamente a todos foi comunicada e que na presença de todos os presentes poderá ser considerada e votada, evitando nova reunião para aprovação do agora proposto, realçando ser do conhecimento geral o apresentado, podendo a Assembleia resolver a situação no momento sem impugnação.-----

Rui Taxa – Pedindo desculpa pela interrupção no seguimento das intervenções, solicita a posição da membro representante do Movimento Independente “Pensar Cerveira” PenCE, Cristina Martins.-----



Cristina Martins – Cumprimentando a Assembleia, agradece a oportunidade, defendendo poder prosseguir a reunião, de modo a facilitar o regular funcionamento da CIM, uma vez que os pontos foram explicitamente apresentados.-----

Rui Taxa - Agradece a intervenção. Concede a palavra à membro, que a solicita, Ana Maria Palhares.-----

Ana Maria Palhares – Cumprimenta toda a Assembleia. Entende que a questão principal não será a continuidade ou não da reunião, mas alerta para dois pontos da ordem de trabalhos: um referindo-se à aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 antes da aprovação dos orçamentos nas Assembleias Municipais, dos Municípios que compõem a CIM Alto Minho; outro ponto, prende-se com a questão do Regimento, por ainda não estar revisto e compaginado com a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, baseando-se nestes dois pontos para obstar a realização de uma reunião imediata, desconhecendo o comunicado entre o Conselho Intermunicipal e o Presidente sobre a urgência da aprovação de alguns pontos.-----

Rui Taxa – Concede a palavra ao membro, Artur Rodrigues.-----

Artur Rodrigues – Cumprimenta a Assembleia. Em seu entendimento a mesa deverá propor à Assembleia a aprovação ou não da ordem de trabalhos apresentada, dependendo assim, a sua discussão e aprovação, do consentimento de todos os membros presentes, reconhecendo a importância dos pontos apresentados para o normal funcionamento dos serviços.-----

Rui Taxa – Concede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal, José Maria Costa, que solicita intervenção. -----

José Maria Costa – Cumprimenta toda a Assembleia e felicita a mesa recém eleita em seu nome e em nome de todo o Conselho Intermunicipal, desejando o bom entendimento mútuo para a realização do melhor trabalho em prol do Alto Minho. Sobre a questão inicialmente levantada, refere a aplicação da nova Lei, as suas implicações e alterações, quer em termos das CIM,s quer nas próprias Assembleias Municipais e do novo enquadramento para a eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal. Refere ainda, a importância de alguns compromissos em termos de orçamento, implícitos a financiamentos comunitários que deverão estar regularizados. Alerta para o período natalício e necessidades temporais para aprovação de assuntos importantes. Assim, apela à Assembleia que, pelo conhecimento anterior da proposta da ordem de trabalhos e respetiva documentação, podendo ser esclarecida qualquer dúvida, se completasse a instalação dos órgãos da CIM Alto Minho, ou seja, a eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal e a aprovação do orçamento para o regular funcionamento desta entidade.-----

Rui Taxa – Agradecendo a intervenção do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, salienta que, o ponto cinco da proposta da ordem de trabalhos, sobre a aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal, propõe a manutenção da vigência do regimento do mandato



anterior em tudo o que não seja contrário à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro até aprovação do novo Regimento. -----

--- Coloca a votação, a continuação da reunião ordinária, da Assembleia com um ponto antes do período da ordem do dia.-----

--- É solicitado, pela membro do PSD, Maria Emília Cerqueira um intervalo de cinco minutos. ----

--- A sessão é interrompida por cinco minutos.-----

--- Retomados os trabalhos, é cedida a palavra à membro, Maria Emília Cerqueira.-----

Maria Emília Cerqueira – Comunica o entendimento do grupo do PSD: consideram esta sessão como extraordinária, por ser uma sessão de instalação e de acordo com a nova Lei não fazer parte das reuniões ordinárias previstas; não sendo, no entanto, intenção deste grupo, obstaculizar o funcionamento da Comunidade Intermunicipal, das suas necessidades, da eleição do Secretariado e demais pontos apresentados. Pelo exposto, o PSD concorda com a continuidade da sessão, como extraordinária, para votação única e exclusiva dos pontos propostos na ordem de trabalhos, caso contrário opõem-se à continuação da sessão. -----

Rui Taxa – Concede a palavra ao membro, Pedro Sousa Lobo.-----

Pedro Sousa Lobo – Cumprimenta toda a Assembleia. Comunica que, considera o grupo do PS, a falta de legitimidade, por parte do Presidente da Assembleia cessante de apresentar estes pontos para discussão nesta reunião, salientando que segundo o Regimento, são assuntos a discutir em reunião ordinária. Assim, admitindo prescindir do período de antes da ordem do dia para declarações de natureza política, entende que o ponto apresentado deverá ser aditado à ordem de trabalhos, e aprovada a sua discussão assim como de todos os pontos previamente propostos na ordem de trabalhos, dependendo da aceitação da Assembleia. Passaria por uma solução de compromisso aditar, a proposta de deliberação do Grupo do Partido Socialista, a votação com os demais pontos, que necessitarão de aprovação por parte desta Assembleia. ----

Rui Taxa – Concede, novamente a palavra à membro, Maria Emília Cerqueira. -----

Maria Emília Cerqueira – Clarifica, ser a posição do PSD muito clara e simples relativa ao assunto. Refere sobre a legalidade da ordem de trabalhos apresentada, que todos os grupos concordam na preterição de formalidades, salientando a importância para a votação do Secretariado Intermunicipal, de acordo com nova Lei, conforme exposto pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal; a importância da aprovação do orçamento para o regular funcionamento dos serviços, para todos os Concelhos e para o próprio Distrito que representam; reforça a posição assumida na última intervenção de não obstaculizar o regular desempenho da instituição que tão útil tem sido ao distrito. -----

--- Assim aceitam a ordem de trabalhos proposta, para não causar vacaturas de duodécimos de funcionamento dos serviços, como extraordinária, visto não cumprir as formalidade a que está obrigada.-----

--- Quanto a qualquer acréscimo de outro ponto ou situação não prevista na ordem de trabalhos



proposta, o PSD opor-se-á, pois só com consenso de toda a Assembleia poderá ser em contrário, realçando que tudo o que não seja, neste momento de estrito interesse da Comunidade Intermunicipal, o grupo do PSD opor-se-á.-----

Rui Taxa – Concede a palavra ao membro, Abel Lopes.-----

Abel Lopes – Transmite ser também a posição do CDS-PP, manter a ordem de trabalhos apresentada, bem definida em convocatória para o ato de instalação do órgão, discordando assim em continuar com a sessão. -----

Rui Taxa – A pedido do membro, José Nogueira é lhe concedida a palavra.-----

José Nogueira – Concluem que a sessão extraordinária terminou com a posse dos membros, entendendo que, deverão continuar em sessão ordinária, seguindo o artigo 29º do Regimento. Enunciando que o problema do PSD é não querer votar a proposta sobre os Estaleiros Navais, pois a questão prioritária, está em aceitar ou não, a introdução deste ponto em discussão. Aceitam continuar a sessão da forma pretendida pelo PSD mas com a admissão, por parte do Presidente da Mesa, da proposta dos Estaleiros Navais, caso contrário o Grupo Intermunicipal do Partido Socialista recorre para o plenário, sendo um direito que lhe assiste, no sentido de vir a ser ou não admitida. Apela á votação, por uma questão fundamental para Viana do Castelo e para o Distrito. -----

Rui Taxa – Cede a palavra à membro, Maria Emília Cerqueira. -----

Maria Emília Cerqueira – Dirigindo-se ao Presidente da Mesa e restante elementos, membros do Conselho Intermunicipal e todos os colegas da Assembleia Intermunicipal, reafirma que, independentemente de considerarem a legalidade ou ilegalidade da convocatória para esta sessão, estão definidos os pontos, tendo já sido feitos apelos para a sua discussão e que aquando da receção, por cada um, da convocatória todos tomaram conhecimento da sua redação. Concluindo que após as intervenções já feitas, julga que todos os partidos já concordaram em deliberar o que está na convocatória. Reforça que era do conhecimento geral a não existência de um período para apresentação e discussão de outros assuntos para além dos indicados, repisando a vontade do Partido Social Democrata em discutir todos os assuntos apresentados na convocatória.-----

Rui Taxa - Cede a palavra ao membro, Pedro Sousa Lobo. -----

Pedro Sousa Lobo – Entende que deverá ser posta a votação a admissão, ou não, do ponto da deliberação apresentada sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castel, podendo assim ser ultrapassada esta questão. Questiona novamente sobre se se trata e uma reunião ordinária ou extraordinária, referindo que o Plano e Orçamento são votados em reuniões ordinárias. Assim, em seu entender, caberá à Assembleia definir que tipo de reunião se trata e da sua continuidade. Salaria que o único ponto deveria ter sido apenas a instalação, demonstrando abertura para aceitar discutir os 5 pontos apresentados. Apresenta a proposta do Partido Socialista para que seja colocada a votação a introdução de 6 pontos na ordem de trabalhos. ----



Rui Taxa – Cede a palavra ao membro, José Carlos Resende. -----

José Carlos Resende – Entende que o essencial está apresentado, proferindo dois comentários; acerca da liberdade de expressão existente nesta Assembleia e salientando que estando a Assembleia completa, com todos os membros que tomaram posse, pois os que ainda não tomaram ainda não lhe pertencem, a questão em discussão é apenas um problema político que o PSD deverá assumir, o não querer abordar o problema dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nesta sessão.-----

--- Solicita que fique registado a pretensão do PS, em querer falar sobre o assunto e fique lavrado em ata a posição contrária do PSD, numa altura que entendem ser de extrema importância o que está em causa: perda de postos de trabalho, a continuidade de uma empresa importante para a região, entendendo não querer o PSD discutir o assunto, que até, segundo julgam é consensual.-----

Rui Taxa – Antes de terminar o ponto em discussão, solicita a intervenção do membro da CDU, Martinho Cerqueira. -----

Martinho Cerqueira – Realça que o que está em causa é falar ou não falar sobre os Estaleiros Navais. Refere ainda que o assunto incomoda, mas que todos terão de admitir responsabilidades. Em sua opinião, o momento é exato. Chega de uma manifestação ímpar na cidade de Viana do Castelo, em defesa dos Estaleiros de Viana do Castelo e da indústria de construção naval em Portugal. Informa sobre a subtileza com que o assunto esta ser tratado pelo Governo, estando perante uma unidade industrial baluarte da nossa cidade e no país. Reconhece o direito do PSD, em não querer abordar o assunto, mas salienta a sua importância no momento, para uma tomada de posição da CIM sobre o assunto, definindo o que se pretende para a região. Entende que este ponto de discórdia em nada favorece o início de mandato da presente Assembleia.-----

Rui Taxa – Solicita a intervenção, da membro do Movimento Independente “Pensar Cerveira”, Cristina Martins.-----

Cristina Martins – Defende a manutenção dos cinco pontos inicialmente previstos e a introdução do sexto ponto, sobre os Estaleiros Navais, pela importância do assunto para o Distrito e para o país. Apela a toda a Assembleia á aceitação da introdução do ponto. Salienta a importância da contribuição, para evitar os problemas de advirão, como o desemprego e outros sociais. Concorda com a introdução do ponto em questão. -----

Rui Taxa – Para finalizar o assunto, propõe a concessão de cinco minutos de intervalo, para que os líderes dos cinco partidos representados nesta assembleia, reúnam e cheguem a consenso, informando estar na disposição de suspender esta reunião e convocar nova Assembleia.-----

--- São dados cinco minutos de intervalo e retomados os trabalhos. -----

--- O Presidente da Mesa questiona sobre a existência de um porta voz. -----

--- Por indicação do membro, concede a palavra ao líder do Partido Socialista, Paulo Pimenta.----



Paulo Pimenta – Cumprimenta a Assembleia e declara exigir o PS, a introdução do ponto relativo à proposta de deliberação apresentada, Estaleiros Navais, pela sua elevada importância a nível Distrital e Nacional. Não entendem a posição do PSD e do CDS-PP em não aceitarem a introdução do ponto. Aceitam que a reunião seja considerada ordinária ou extraordinária mas com a introdução do referido ponto. -----

--- O Presidente da Mesa concede a palavra à membro, Maria Emília Cerqueira. -----

Maria Emília Cerqueira – Informa não terem chegado a consenso, porque as posições mantêm-se exatamente as mesmas, concordando o PSD com a manutenção da proposta apresentada com os cinco pontos.-----

Rui Taxa – Pede a intervenção do CDS-PP, pelo membro, Abel Lopes.-----

Abel Lopes – Comunica manter o CDS-PP a posição inicial, defendendo a discussão dos cinco pontos da ordem de trabalhos da convocatória e a pretensão do ponto a acrescentar, não seja para esta sessão. -----

Rui Taxa – Solicita a intervenção da CDU, pelo membro, Martinho Cerqueira.-----

Martinho Cerqueira – Expressa a lamentação da intransigência da não aceitação, por parte do PSD, dum matéria tão importante, neste momento, para a Cidade, para o Distrito e para o País, salientando a responsabilidade que deverão assumir nesta tomada de posição que seria ultrapassada com bom senso, -----

Rui Taxa – Solicita a intervenção da membro do Movimento Independente, Cristina Martins. -----

Cristina Martins – Mantém a posição inicial, considerando de extrema importância a deliberação dos cinco pontos apresentados na ordem de trabalhos e não menos, o ponto proposto, sobre a situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. -----

--- Salienta os seis pontos estarem a ser discutidos e apenas faltar entendimento para a sua aceitação. -----

--- O Presidente da Mesa, Rui Taxa, retoma a palavra e comunica que, de acordo com o anteriormente comunicado, no caso de falta de consenso, encerrará a reunião.-----

José Nogueira - Interpela o Presidente da Mesa, informando sobre a impossibilidade de suspender a sessão, esclarecendo que deverá ou não aceitar a inclusão do ponto proposto pelo PS. E em caso de não admissão, diz poder recorrer para plenário.-----

Rui Taxa – Considerando esta intervenção, anuncia voltar à possibilidade de aceitação da introdução do ponto na ordem de trabalhos. -----

--- Por solicitação, concede a palavra à membro, Ana Maria Palhares.-----

Ana Maria Palhares – Comunica não poder ser apresentada esta proposta. Repete o que anteriormente tinha explanado na sua intervenção, sobre esta reunião para instalação do Órgão e excepcionalmente admitir a inclusão de mais três pontos de trabalho, tendo solicitado inclusive ao Conselho Intermunicipal, o esclarecimento da urgência da sua discussão e votação sob pena de não serem discutidos e votados, por uma questão de legalidade. É seu entendimento que



deverá terminar o plenário, não sendo soberano para discutir a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos de uma reunião ainda não definida quanto a ser ordinária ou extraordinária. Considera apenas uma reunião de instalação e que deverá, nos prazos legais, ser convocada nova reunião para discussão dos pontos previstos em convocatória. -----

Rui Taxa – Cede a palavra ao membro, José Nogueira. -----

José Nogueira – Questiona sobre a possibilidade da inclusão de cinco pontos e não de seis.-----

--- Retomando a palavra, o Presidente da Mesa, assume a responsabilidade de acabar a reunião.-----

José Carlos Resende – Solicita que fique registado em ata, o direito de recorrer para o plenário a decisão da mesa. Apela ao Presidente da Mesa para recorrer da decisão da mesa ao plenário.---

--- Pede o registo em ata, que a Mesa recusou a uma bancada e a um membro de recorrer para o plenário.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou, pelas vinte horas, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

Ana Maria Ribeiro Novo

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego